

Banco Central do Brasil, o Leviatã ibérico: uma interpretação do Brasil contemporâneo

De Eduardo Raposo

Hucitec/ PUC-Rio, 2011

|| **Luiz Roberto Cunha**¹

NAVEGAR É PRECISO

Desde os primórdios de sua criação – inicialmente como Bank of England (1694), cujo modelo se difundiu pela Europa, passando pela criação nos Estados Unidos, em 1913, do Federal Reserve System, e depois pela implementação em quase todos os países do mundo moderno –, os bancos centrais têm sido instituições cuja função básica é atuar com credibilidade sobre as atividades monetárias dos países a que servem, ajudando a criar as condições para que se desenvolvam economicamente. Suas atuações têm se manifestado não somente através de políticas públicas destinadas à manutenção da estabilidade da moeda, mas também, quando necessário, enfrentando as crises financeiras que, com certa frequência, vêm assolando o mundo através dos tempos.

Em seu clássico livro sobre a história das crises financeiras, *Manias, pânico e crashes*,² o professor Charles P. Kindleberger enfatiza a importância

do que é considerado um dos principais papéis desempenhados pelos bancos centrais desde então: o de fornecedores de empréstimos de último recurso [*lender of last resort*], para enfrentar tais crises. Como afirma Ashton em *Economic fluctuations in England, 1700-1800*, desde o século XVIII, o Bank of England, junto com o Tesouro nacional britânico, já era um “fornecedor de empréstimos de último recurso” como remédio para as crises financeiras. Em muitos casos, “fazer emissões de emergência de algum tipo de papel que banqueiros, comerciantes e o público em geral aceitassem amainava o pânico”.³

O abrangente estudo do professor Eduardo Raposo nos mostra, porém, que no Brasil, para além dessas funções clássicas, o perfil e as atribuições tanto da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) quanto do Banco Central variaram significativamente nos diferentes períodos de sua história, em razão de diferentes arranjos institucionais, produzidos por governos e contextos internacionais muito singulares. Variações que, em sua análise, se originaram também da intensa e perseverante instabilidade que atingiu e transformou de forma contínua o conjunto das instituições públicas brasileiras a partir do estabelecimento do modelo de modernização corporativa iniciado em 1930.

Para enfrentar o desafio de analisar a complexa evolução do Banco Central do Brasil, que desde seus primeiros tempos, ainda como Sumoc, marcou profundamente nossa história econômica, o professor Raposo agrega aos dados e fatos econômicos a necessária leitura política, expressando a convicção de que não se pode dissociar estas

1. Prof. Luiz Roberto Cunha Departamento de Economia Decano do Centro de Ciências Sociais PUC-Rio.

2. Kindleberger, Charles. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2000.

3. Kindleberger, opus cit. Pág. 206, citando T. S. Ashton, *Economic Fluctuations in England, 1700-1800*, Oxford Univ. Press, Clarendon, 1959, pág. 111.

duas dimensões ao se examinar uma instituição pública com a importância de um banco central. Aliás, deve-se ressaltar que, no caso brasileiro, a dimensão política da análise econômica tem um significado especial, em razão de a criação e a consolidação da autoridade monetária terem sido resultado de um longo processo de transferência de poder – econômico e político – do Banco do Brasil inicialmente para a Sumoc e depois, já no período de exceção do regime militar, para o Banco Central do Brasil.

Ponto original a ser destacado na pesquisa do professor Raposo, contido no capítulo “Instituições fortes, moeda estável e banco central autônomo”, é a tese segundo a qual a estabilidade da moeda depende, para além do equilíbrio das contas públicas e da autonomia do Banco Central, da estabilidade política e institucional do próprio Banco Central. Para sintetizar tal argumentação, o autor construiu uma tabela contendo, para os diferentes governos analisados (de Dutra a FHC), as políticas econômicas por eles adotadas – se estabilizadora ou desenvolvimentista; suas taxas de inflação; o grau de circulação dos membros da equipe econômica; e o grau de autonomia alcançado nesses governos pela Sumoc e pelo Banco Central.

O resultado obtido leva a uma leitura compreensiva da política econômica brasileira através de correlações reveladoras, entre as quais a de que a estabilidade monetária no Brasil variou em “razão” do aspecto cíclico da economia nacional, que ao ter alternado momentos desenvolvimentistas e momentos estabilizadores alterou, também, a vocação e o grau de autonomia da Sumoc e do Banco Central.

Em períodos desenvolvimentistas, caracterizados por expressivas taxas de crescimento econômico e de baixa inflação, predominou o poder imperativo do Poder Executivo, envolvido com políticas

de crescimento acelerado, o que resultou na perda de autonomia do Banco Central.

Nos períodos de inflação alta e de fragilidade fiscal do Estado, o foco da política econômica se direcionou para a estabilização monetária, sendo a tendência do Banco Central a de ser mais autônomo. A autonomia aumentou, e a inflação abaixou, também, quando houve baixa circulação dos titulares da equipe econômica e quando a composição dos conselhos monetários foi menos numerosa e, portanto, mais impermeável às demandas clientelísticas.

A história do jogo de poder travada na Sumoc, no Banco Central e em seus conselhos – instituições que se tornaram fundamentais para o processo de conquista da estabilidade econômica do país – é analisada pelo professor Raposo com o auxílio de um expressivo e inédito conjunto de entrevistas e depoimentos, contendo a visão de alguns dos mais importantes presidentes do Banco Central do Brasil, que viveram os principais momentos de crise e de evolução de nossa autoridade monetária.

A respeito dos personagens desta história, deve-se dizer que, nos tumultuados anos de modernização do sistema de controle monetário no Brasil, alguns dos entrevistados, como Octávio Gouvêa de Bulhões, Ernane Galvêas, Dênio Nogueira e Casimiro Ribeiro, e outros como Otávio Dias Carneiro, fizeram parte de uma geração de servidores verdadeiramente públicos, que, apesar da enorme circulação de equipes econômicas verificada nesse período, atuaram durante longos anos em diversos cargos do Banco do Brasil, da Sumoc e do Banco Central, independentemente da posição político-partidária dos governos, prestando um relevante serviço ao país.

A utilização deste sólido material, que articula as medidas de política econômica e a evolução

sociopolítica do Brasil, traz informações importantíssimas para todos os que precisam entender com mais profundidade o processo de decisão do Banco Central do Brasil, instituição que desempenhou papel fundamental no desenvolvimento econômico nacional.

Enfim, nada mais atual para analisar o Brasil de hoje, que vem enfrentando a primeira grande crise financeira do século XXI, do que o estudo do professor Eduardo Raposo sobre a evolução do Banco Central do Brasil, que ele chamou, em razão de suas características institucionais híbridas, de “levitã ibérico”. Banco Central do Brasil que, a partir da crise da desvalorização cambial, em 1999, e principalmente após a implantação do regime de “metas de inflação”, deve ser considerado uma das instituições fundamentais para a consolidação da nova estrutura econômica, que vem permitindo ao Brasil navegar os mares turbulentos da economia mundial.

§